

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE

No dia quinze do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às dez horas e vinte minutos, no Hotel Holiday Inn, na avenida Professor Moraes, nº 600 – Funcionários – BH/MG, teve início a **parte restrita da 31ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de instalação (lista de presença anexa), o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da parte restrita da 31ª reunião ordinária com participação dos membros da CT-Saúde, comissão de atingidos e convidados como detalhado a seguir. A discussão é interna para alinhamento das discussões e desta registro o seguinte: **Apresentação e Aprovação:** Nota Técnica sobre o Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano 4ª Versão – Julho 2019; Nota Técnica sobre o Primeiro Relatório Semestral do Plano; de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano - versão de outubro de 2019; Nota Técnica sobre Fluxo dos Planos de Ação; Apresentação Plano de Ação em Saúde de Linhares/ES; Apresentação Plano de Ação em Saúde de Bugre/MG. Ainda, Apresentação dos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana. Passo a listar o seguinte: **Encaminhamento E31.1:** A coordenação deverá enviar a NT sobre o PMQACH 4ª Versão ao CIF para deliberação. **Encaminhamento E31.2:** A coordenação deverá enviar a NT sobre o Relatório Semestral do PMQACH (versão de outubro) ao CIF para deliberação; **Encaminhamento E31.3:** A coordenação deverá convidar os procuradores dos estados de MG e ES (dr. Edmundo e dr. Paulo Trazi) para participação em reunião sobre os TCs dos PAS; **Encaminhamento E31.4:** O GT-Estudos deverá elaborar NT sobre o GAISMA em manifestação a decisão judicial; **Encaminhamento E31.5:** A coordenação da CT deverá solicitar à Fundação Renova o macro cronograma detalhado do GAISMA, informação das fases já executadas e das próximas fases por área alvo; **Encaminhamento E31.6:** A coordenação deverá enviar NT sobre os estudos da AMBIOS.

No dia dezesseis do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às dez horas e vinte minutos, no Hotel Holiday Inn, na avenida Professor Moraes, nº 600 – Funcionários – BH/MG, teve início a **parte aberta da 31ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de

instalação (lista de presença anexa), o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **parte aberta** da 31ª reunião ordinária com participação dos membros da CT-Saúde, comissão de atingidos, convidados e representantes da Fundação Renova, como detalhado a seguir: A discussão iniciou com a indicação da pauta para “**Apresentação a Fundação Renova das Notas Técnicas votadas pela Câmara Técnica no dia anterior**”, a coordenação solicitou aos representantes da Fundação Renova devolutiva sobre o Plano do município de Rio Doce. Sérgio Rossi (Ramboll/MPF) questionou se a srª Juliana Bedoya (Fundação Renova), na falta do representante da gerencia dos programas responde, perante a CT-Saúde, como tal. A representante da Fundação Renova respondeu que sim, embora a gerencia seja do programa de saúde, quem conduz é o projeto de monitoramento hídrico. Ivan Brum (SMS Resplendor), perguntou se haveria discussão da NT no âmbito da CT com a Renova, uma vez que a tratativa é enviar a NT e depois a Renova apresenta a devolutiva. A coordenação ponderou que aproveitaria a discussão para conhecer a resposta e trazer à discussão, os membros disseram que preferir a devolutiva formalmente. Juliana Bedoya ponderou que sua gerencia está acostumada a executar os programas de monitoramento, a exemplo do PMQQS, que receberam a NT sem prévia discussão na CT e ao receberem a NT continha várias inconsistências técnicas, erros metodológicos e questões que não se aplicavam, assim a CT teve que retirar a NT pois houve entendimento do posicionamento dos técnicos da Renova. Ponderou que essa NT está indo pelo mesmo caminho, sem prévia discussão e entendimento interpartes. Assim solicitou que a NT fosse encaminhada para conhecimento e que não fosse remetida ao CIF evitando retrabalho e dispêndio de tempo. A discussão se prolongou. Registro que houve votação para definir se as NTs seriam apresentadas a Fundação ou remetidas diretamente ao CIF para posterior manifestação. A votação indicou que as NTs deveriam ser apresentadas. O coordenador fez leitura das alterações do PMQACH da 4ª versão mês de julho. Juliana Bedoya, referente a página 22, que “as ações a serem tomadas deverão incluir a atribuição a adoção de medidas estruturantes” reiterou que o posicionamento da Fundação Renova que somente será feito quando comprovado onexo causal com relação ao rompimento da barragem. Com relação ao item 3, Juliana Bedoya considerou que a discussão foi realizada na CT e os dados utilizados são com base no período emergencial com diversidade de dados e diferentes bases que não teria tempo hábil de serem incluídos nesse relatório. Reforçou a informação de que os dados seriam incluídos, porém serão enviados posteriormente. Ainda, questionou que foi solicitado informações acerca dos valores dos contratos, mas não foi entendido quais informações estavam sendo solicitadas. Os membros ponderaram que os valores são “surreais” e por isso solicitaram detalhamento dos valores a fim de identificar orçamento somente no que tange ao monitoramento da água. **Plano de Ação de Rio Doce**, Wagner Tonon (Fundação Renova) disse que foi realizada análise preliminar no plano que identificou alguns pontos que merecem esclarecimentos, na tentativa de acelerar as tratativas foi feito contato com o secretário do município e estão segundo o diálogo. Rodrigo Leite (SMS Rio Doce) disse que analisou o documento e disse que a equipe municipal está trabalhando para apresentar resposta. Wagner Tonon disse que há entendimento de que algumas solicitações incluídas no plano não estão dentro do escopo do programa sendo necessário remanejamento aos programas pertinentes, propôs dialogar com o município na tentativa de apresentar entendimento

firmado para apreciação da CT. Rodrigo Leite, ponderou que as solicitações, embora não contempladas no escopo, apresentam impactos na área da saúde, cabendo à Fundação Renova, por ter relação interna com os representantes que atuam nos programas relacionados, fazer comunicação das interfaces narradas. Sobre a oficina de revisão dos programas, Luciana Oliveira (SEMUS Linhares) fez breve relato da oficina, criticou que as discussões realizadas no âmbito da CT não foram incorporadas no escopo de revisão. Posteriormente, os membros fizeram mais ponderações, registro que a reunião foi grava em memória de áudio, está arquivada junto ao secretariado e disponível para consulta. Sobre a judicialização dos eixos prioritários, foi questionado como serão as tratativas e como ficará a situação de Mariana e Barra Longa que já foi finalizado os relatórios de consolidação dos estudos da AMBIOS.

Viviane Aguiar (Fundação Renova) respondeu que no cenário atual todos os dissensos que foram judicializados, que constituem o eixo 2, não será discutido nos âmbitos CIF e CT, todas as manifestações serão enviadas ao juízo da 12ª Vara Federal não podendo ser objeto de discussão paralela. Posteriormente, Wagner Tonon fez um resumo dos itens judicializadas e objeto da decisão que culminou no posicionamento adotado pela Fundação Renova de não debater. No que tange ao município de Barra Longa, apresentou nova versão do plano acrescentando novos serviços diverge com os serviços de urgência e emergência, foi decidido que as tratativas serão conduzidas no âmbito judicial. Frisou que o juiz homologou a metodologia da GAISMA, o acordo com a FAPES/FAPEMIG que tem até o dia 10 de fevereiro para finalizar as tratativas e serão oficializadas pela justiça federal, ainda, os planos de Mariana e Barra Longa passam a ser tratadas pelo juiz. Viviane Aguiar disse, que se for interesse da CT, há possibilidade de enviar cópia do documento que foi protocolado na 12ª Vara Federal para nortear as próximas pautas. **Encaminhamento E31.7: A Fundação Renova deverá enviar, até dia 21/01, os documentos protocolados na 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG.** O coordenador questionou se com a adoção da GAISMA os outros estudos já realizados serão descartados, o representante da Fundação Renova informou que os que estão incompletos ou inconclusivos serão retomados a partir da metodologia GAISMA. A discussão se prolongou. Sérgio Rossi questionou se é possível a Fundação Renova fazer o detalhamento das fases que já estão em andamento e qual status das fases I e II das áreas alvo. Wagner Tonon disse que os relatórios já foram enviados a CT e ao CIF, reforçou que o que já foi acordado irá continuar e não mudará em nada as metodologias. Ainda, que o detalhamento maior da GAISMA será construído junto com a CT, e contará com discussão dos estados, municípios e Ministério da Saúde.

Acrescentou que todo o fechamento das fases I e II será apresentado posteriormente. Wanderson, representante dos atingidos de Naque, relatou que há diversos casos de doença que são decorrentes do evento em Mariana, questionou quais têm sido as ações desenvolvidas para prevenção e tratamento da saúde dos atingidos ou se a discussão será levada à judicialização. Viviane Aguiar reforçou que a Fundação Renova não iniciou o processo judicial, e que não é parte. Reconheceu que a Fundação não conseguiu atingir alguns anseios e por esta razão as empresas levaram ao conhecimento do juiz na tentativa de sanar os dissensos. Ponderou que se as discussões

não avancarem, o âmbito da CT vai acabar e tudo será por esfera judicial, disse que não é essa a intenção e pediu que haja consciência evitando prejuízo, principalmente, aos atingidos. Frisou que as discussões devem ser mais produtivas. Os atingidos se manifestaram contra a declaração. Wagner Tonon disse que a Fundação tem por razão a reparação dos danos, e que busca junto as comunidades diálogo para efetivar as ações. Refutou a declaração do atingido quanto a elevação nos casos de morte em decorrência ao evento, disse que os relatórios do sistema de saúde não constatarem isso. Declarou que não há nenhuma informação oficial que relacione mortes ao evento. Wanderson disse que não relatou sobre elevação de número de mortes. Após entendimento mútuo, o representante da Fundação Renova solicitou que os moradores de Naque devem reportar os casos narrados nos postos de saúde para que sejam acompanhados e que os dados sirvam como base para atenção e atuação. Miguelito Sousa (ABERS/ASDA) solicitou confirmação se são as empresas que estão judicializando, pois ele terá reunião com os representantes das empresas para que eles possam cobrar explicações. Viviane Aguiar retificou que o processo foi aberto contra as empresas e seus acionistas, disse que o MP propôs a divisão em eixos dos temas que não estavam avançando nas CTs, assim o juiz homologou os consensos e iniciou processo para decisão acerca dos dissensos. Reforçou que as decisões judiciais nortearão as ações da Fundação e não das empresas, pois sua função é atuar no processo de reparação. Miguelito Sousa questionou quem judicializou, se foi o MP ele buscará esclarecimentos junto a este. Viviane Aguiar ponderou que não foi o o MP que levou a demanda ao juízo, essa proposta foi construída por todos signatários do TTAC. Houve grande discussão.

O representante da Ramboll ponderou que a ação não foi promovida pelo MPF. Especificamente quanto aos eixos prioritários, na avaliação de risco a saúde, a posição do MPF é que seria necessária validação da CT. Frisou que a iniciativa da ação partiu das advocacias geral da união e dos estados. A discussão se prolongou. Thaís Araújo Cavendish (CGVAM/MS), sugeriu que os encontros para apresentação dos planos contem com todos os envolvidos. Reforçou que a metodologia desenvolvida pela Fundação Renova não atende aos objetivos de avaliação de riscos à saúde humana determinados pela metodologia do Ministério da Saúde, solicitou que, como não cabe mais a discussão uma vez que está subsidiada por decisão judicial, seja retirado do site institucional toda e qualquer menção que a GAISMA atende as recomendações do MS pois essa informação não procede. A representante da prefeitura de Barra Longa, registrou que o plano apresentado a segunda versão seguindo a devolutiva da Fundação e que os ajustes foram feitos com o conhecimento dos atingidos e das assessorias. Questionou se será necessário, considerando a judicialização, elaborar novo plano. Wagner Tonon respondeu que Mariana já tem apoio judicial e todo acordo será no âmbito judicial e a Fundação Renova está considerando o relatório consolidado. Quanto ao plano de Barra Longa, os acordos já firmados continuarão e os dissensos serão discutidos na esfera judicial. A discussão se prolongou, a íntegra consta em memória de áudio, arquivado junto ao secretariado e disponível para consulta. Houve críticas quanto a demora na execução das ações discutidas.

O representante da Fundação Renova esclareceu que é difícil identificar se há doenças decorrente ao evento e que se a discussão não começar a entrar num consenso a discussão não vai avançar e é necessário rever as discussões no âmbito reparatório na tentativa de avanço das ações. Criticou o fluxo de construção dos planos municipais que não conta com construção mútua o que torna o processo moroso. Sugeriu que o fluxo seja revisto. Os atingidos manifestaram apoio a proposta de construção conjunta. Eder, representante dos atingidos de Barra Longa, criticou o processo de prevenção às doenças e destacou que este é falho. Ivan Brum questionou se o programa do PMQACH continua ou vai aguardar decisão judicial. Wagner Tonon ressaltou que tudo que não está dentro da decisão judicial está aberta para discussão e segue o processo já iniciado. Ao final, apresentou a sr^a Paula que é a coordenadora do programa de saúde da Fundação Renova e o sr. Igor, especialista no programa da saúde e atua em Mariana e Barra Longa e com esse reforço tende a atender a solicitação de aceleração das ações nos territórios.

No dia dezesseis do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, às treze horas e vinte minutos, no Hotel Holiday Inn, na avenida Professor Moraes, nº 600 – Funcionários – BH/MG, teve início a segunda **parte restrita da 31ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Verificado o quórum de instalação (lista de presença anexa), o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da parte restrita da 31ª reunião ordinária com participação dos membros da CT-Saúde, comissão de atingidos e convidados como detalhado a seguir. A discussão é interna para alinhamento das discussões e desta registro o seguinte: **Encaminhamento E31.8: Todos os municípios que já fecharam os planos de ação deverão encaminhar ao GT-Planejamento para sistematização dos documentos.**

Registro que Vanessa Ferreira (MS) fez leitura da NT sobre os estudos de avaliação de riscos da empresa AMBIOS. Ao final os membros fizeram considerações. Registro que houve grande descontentamento quanto aos questionamentos levantados pelo coordenador da CT com base no relatório da FGV sobre o estudo da AMBIOS. Registro que após grande discussão a NT do MS foi levada à votação e aprovado com a abstenção do voto da Secretaria de Saúde de Minas Gerais. Houve grande manifestação de insatisfação acerca da abstenção do voto do coordenador. Posteriormente, Vanessa Ferreira fez leitura da análise do parecer técnico da metodologia GAISMA. Houve considerações dos presentes. Gian Gabriel Guglielmelli fez leitura da relatoria técnica do secretário de estado elaborado pela SEMAD sobre a GAISMA.

Os membros frisaram que o parecer que deve ser aprovado na CT é o que foi apresentado na NT nº1 do Ministério da Saúde sendo desprezado qualquer outro que não tenha como base a os critérios do MS. Registro que coordenador reforçou que a posição divergente da Secretaria de Saúde de Minas Gerais. **Encaminhamento E31.9: A CT deverá elaborar NT com orientação de que a metodologia a ser aplicada quando os**

registros de riscos à saúde será a da NT nº 1 do MS. Registro que o evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados.

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, Gian Gabriel Guglielmelli, agradeceu a presença de todos e, às dezessete horas e vinte minutos do dia dezesseis de janeiro de dois mil e vinte, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 33ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia onze de março de dois mil e vinte.



Gian Gabriel Guglielmelli
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde



Clycia de Almeida Ferreira
Secretária Executiva da Câmara Técnica de Saúde